



COMITÊ INTERFEDERATIVO

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

Em vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e três, às nove horas e quarenta e seis minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pela plataforma do YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=fFvc59MZ4jA> e presencialmente na cidade de Belo Horizonte/MG, teve início a 70ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG.

1. PAUTAS DA PRESIDÊNCIA	
1.1 Informes Gerais da Presidência e Abertura da Reunião	
Discussão	Aprovada.
1.2 Informes Gerais da Presidência	
Discussão	Célia Melo deu início aos trabalhos com breve apresentação dos presentes e orientações regimentais para organização do fluxo da reunião, assim como leitura da pauta e explicação das solicitações extrapauta encaminhadas.

Item 1 – PAUTAS DA PRESIDÊNCIA	
1.2 Apresentação do Modelo Técnico Consolidado do Desastre	
Discussão	Thales Altoé, coordenador da CT-GRSA, fez apresentação do trabalho desenvolvido pelo GT Modelo Técnico Consolidado, que visava a elaboração de modelo contendo visão do desastre do ponto de vista dos órgãos públicos, com a consolidação de conceitos e terminologias a fim de unificar o entendimento do sistema CIF, gerando ferramenta de iniciação de técnicos e leigos acerca do histórico desenvolvido pela Câmaras em áreas temáticas. Foi apresentado voto da presidência à época em dezembro de 2022; o documento era baseado num amplo entendimento de legislação ambiental para definição dos conceitos utilizados no modelo. O termo mais adequado para reparação do desastre exposto no documento seria “dano ambiental”, que destacou ainda a inadequação do <i>standard</i> probatório, ou seja, a exigência de provas exacerbadas por parte da Fundação Renova para comprovação denexo de causalidade, além da constante guerra de laudos, diante de vários estudos realizados pela Fundação sem validação pelas CTs ou mesmo realizados à revelia do conhecimento dessas. Em seguida, foi explicado o entendimento de incerteza como fundamentação da reparação e aplicação do princípio da precaução como mecanismo de gerenciamento de risco. Foi pontuada a inadequação do termo “rejeito” para descrição do material ligado ao desastre, pois a onda seria de maior complexidade, com envolvimento de impacto químico e mecânico, logo, sendo substituído por “material ligado ao desastre”. Ainda, foi abordada a importância de considerar os vetores de danos, ou seja, marcadores pelos quais os danos se propagam que devem ser identificados e rastreados. São possíveis danos de primeira, segunda, terceira e quarta ordem, que precisam ser entendidos no contexto temporal. O voto apresentava defesa fundamentada do sistema CIF como competente para fixação de soluções <i>in concreto</i> para os danos experimentados frente às limitações das normas e legislações vigentes, dados o ineditismo e complexidade do desastre. Ainda sobre o princípio da precaução, hipóteses de dano e incertezas sobre o dano ambiental são motivação para ação imediata, e não impeditivo. Por fim, reforça a importância da participação da população atingida pelo desastre no processo de reparação como forma de legitimação da tomada de decisão. Foram produzidos pelo GT-Modelo Técnico Consolidado 3 produtos: planilha de danos x planilha de vetores, diagrama e texto

	<p>dissertativo. O texto dissertativo busca ser a visão ampla de explicação para entendimento de leitor leigo; já a planilha seria guia complementar para conhecimento de lista extensiva dos danos, agregando tecnicamente a possibilidade de estudo detalhado. Na planilha é feita explicação sobre macro e microdanos, assim como danos derivados, e listagem das Câmaras Técnicas responsáveis pelo acompanhamento dos respectivos danos. A planilha conta ainda com referências bibliográficas, vetores responsáveis pela propagação primária ou secundária do dano, padrões a serem observados e ações a serem tomadas do ponto de vista técnico. Já no diagrama há uma exemplificação gráfica do detalhamento de danos contidos na planilha. Os trabalhos do GT-Modelo Técnico Consolidado geraram, além dos produtos, propostas de encaminhamento, como fixação de escopo parcial dos programas de gerenciamento do TTAC e TAC-GOV tomando como referência o Modelo Consolidado, observação deste pelas Câmaras Técnicas com reporte de pretensão de sua alteração em pleitos de deliberação; análise por parte das Câmaras Técnicas dos programas, projetos e ações em curso para verificação de necessidade de revisão de ofício, nos termos da Cláusula 203 do TTAC. Por fim, Thales Altoé informou que a Deliberação CIF nº 704 havia aprovado, <i>ad referendum</i>, os produtos do trabalho. Durante o desenvolvimento dos trabalhos, ocorreu a maturação da proposta, e conforme deliberado a atual deliberação estabeleceu um modelo em duas partes: socioambiental, finalizado e aprovado, e em socioeconômico, que seria elaborado a partir de novo grupo de trabalho, para consolidação ampla dos diversos impactos decorrentes do evento. Após manifestação da Fundação Renova, Thales Altoé pontuou que a colaboração da Fundação nas reuniões técnicas não foi considerada uma vez que haviam dissensos entre o sistema CIF e a Fundação Renova em questões basilares do documento, o que geraria uma guerra de visões, que já ocorre no âmbito judicial. Ademais, o trabalho consistia na consolidação da visão técnica do desastre por diversos órgãos técnicos no Poder Público em suas três esferas. Francisco Melgueiro parabenizou o trabalho dos técnicos, reforçou a importância da elaboração de modelo semelhante que se dedicasse ao entendimento de danos socioambientais e culturais e sugeriu possível avaliação acadêmica do trabalho, assim como publicação oficial. Luis Gabriel Mendoza pontuou preocupação com possível judicialização do tema por parte da Fundação Renova. Juliane Barroso e Frederico Drummond reforçaram a robustez técnica do documento apresentado, assim como seu forte componente acadêmico através das referências bibliográficas e estudos produzidos no âmbito do CIF; Frederico Drummond pontuou, ainda, que o trabalho já havia sido aprovado <i>ad referendum</i>, cabendo apenas o referendo por parte dos membros. Jadilson Gomes afirmou a necessidade de desenvolvimento aprofundado em temas socioeconômicos e culturais em trabalho semelhante e antecipou seu voto pela aprovação do trabalho. Thales Altoé argumentou que não haviam sido fechadas as portas de diálogo com a Fundação Renova, que estas seriam cabíveis em momento posterior, porém a construção do trabalho tinha como objetivo a consolidação da visão acerca do evento de vários órgãos públicos atuantes na área socioambiental. Luiza Dulci e Júnior Loss também contribuíram com as congratulações ao trabalho do GT e manifestaram posição favorável à aprovação. Após ponderação sobre o cumprimento dos prazos regimentais para publicação dos documentos, foi proposto por Jadilson Gomes a finalização das discussões e encaminhamento pela votação do referendo em reunião posterior.</p>
Manifestação	<p>Isabella Guerreiro afirmou que a Fundação Renova havia tomado conhecimento dos documentos há pouco através da publicação no site do IBAMA e reforçou que a Fundação Renova gostaria de ter participação nas reuniões e diálogos técnicos acerca do tema, uma vez que a aprovação do Modelo Técnico Conceitual reverberaria na condução dos programas por parte da Fundação Renova. Janine Cabral informou que o principal interesse da Fundação Renova não seria a judicialização do tema, mas sim a contribuição no debate técnico no âmbito do CIF, espaço que permite a participação e escuta de pessoas atingidas.</p>
Encaminhamento E71 – 1.2	<p>Apreciação da matéria e votação <i>ad referendum</i> na 71ª Reunião Ordinária ou, em caso de convocação, reunião extraordinária.</p>

Item 1 – PAUTAS DA PRESIDÊNCIA	
1.3 Aprovação da Ata da 69ª Reunião Ordinária do CIF	
Aprovação	Minuta de ata aprovada pelos membros da mesa.

Item 2 – FÓRUM PERMANENTE DE PREFEITOS DA BACIA DO RIO DOCE	
2.1 Reconhecimento do município de Acaiaca/MG como atingido pelo rompimento da Barragem de Fundão e sua integração ao TTAC.	
Discussão	Duarte Júnior afirmou que a justificativa da proposta de deliberação seria a demanda gerada em Acaiaca/MG, pela condição de único meio de acesso ao município de Barra Longa/MG. O município de Acaiaca/MG tem torno de 4 mil habitantes e é cotidiana a passagem de cerca de 1500 caminhões pesados pela cidade, o que gera transtornos recorrentes à cidade, como rachaduras em casa, o que demanda o pagamento de aluguel social para alguns habitantes e aumento do custo de vida das cidades. Ainda, como não havia disponibilidade para pessoas ficarem em Barra Longa,/MG esta demanda foi absorvida por Acaiaca/MG, impactando nos preços para os moradores; também ruas começaram a desmoronar e já contavam com intervenções por parte da Fundação Renova. Luis Carlos Faustino, Prefeito de Acaiaca, fez apelo ao CIF pelo reconhecimento do município, retomando a recente decisão de reconhecimento do município de Coronel Fabriciano/MG como atingido. Por fim, Duarte Júnior afirmou que o Fórum de Prefeitos era favorável ao pleito do município, e explicou proposta de deliberação que estabelecia o reconhecimento de Acaiaca/MG como município atingido, assim como reconhecimento das comunidades tradicionais para averiguação dos impactos socioeconômicos, socioambientais e infraestruturais advindos do desastre para inclusão dos programas do TTAC, quando assim couber. Juliane Barroso e Thaís Vilas Boas afirmaram que o CIF era sensível e acolhedor aos pleitos e demandas por reparação justa dos municípios e reforçaram a importância da apreciação do tema pelas Câmaras Técnicas através do rito estabelecido para reconhecimento dos municípios. Jadilson Gomes manifestou concordância com as observações pontuadas pelas representantes dos Governos do Espírito Santo e Minas Gerais, e reforçou ao município de Acaiaca/MG o acompanhamento das intervenções referentes à rachaduras e trincas em infraestrutura, no âmbito da CT-INFRA. Ao final das discussões, José Roberto Guimarães agradeceu aos membros a recepção do pleito e reafirmou que os municípios buscavam reparação justa e célere dos danos gerados pelo evento.
Manifestação	Isabella Guerrero afirmou que a Fundação Renova compreendia os pleitos municipais, reforçou a importância do rito de apreciação no âmbito das Câmaras Técnicas e reiterou que a Fundação Renova gostaria de contribuir nas discussões.
Encaminhamento E70 – 2.1	Submissão do pleito à análise pelas Câmaras Técnicas com manifestação em prazo de 60 dias, prorrogáveis por mais 30 mediante justificativa, para emissão de parecer e apreciação do tema em reunião do Comitê Interfederativo, através de solicitação do Fórum de Prefeitos.

Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DE ÁGUA (CT-SHQA)	
3.1 Análise de pleito dos municípios de Pingo D'água/MG, Rio Doce/MG e São Pedro dos Ferros/MG	
Discussão	<p>Alessandra Jardim, coordenadora da CT-SHQA, fez breve explicação do escopo do PG31 e iniciou exposição dos pleitos municipais analisados pela Câmara Técnica, sendo:</p> <p>Nota Técnica nº 160/2023/CT-SHQA Pleito do município de Pingo D'Água/MG para elaboração de projeto da Usina de Triagem e Compostagem no valor de R\$ R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). O pleito enquadrava-se na ação "Elaboração e/ou adequação de projetos de engenharia", prevista no item 8.2 do Anexo C da Nota Técnica CT-SHQA nº 121. O valor pleiteado era condizente com o teto de recursos do município.</p> <p>Nota Técnica nº 161/2023/CT-SHQA Pleito do município de Rio Doce/MG para implantação de Sistemas de Tratamento de Esgotamento Individuais - Fossa, Filtro e Sumidouro no município no valor de R\$ R\$ 498.075,35 (quatrocentos e noventa e oito mil, setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos). O pleito se enquadra na ação "Execução de obras de esgotamento sanitário (SES) e de gestão de resíduos sólidos (RSU)", prevista no item 8.3 do Anexo C da Nota Técnica CT-SHQA nº 121.</p> <p>Nota Técnica nº 162/2023/CT-SHQA Pleito do município de São Pedro dos Ferros/MG para aquisição de caminhão basculante para coleta seletiva do município de São Pedro dos Ferros/MG", no valor de R\$ 579.144,43 (quinhentos e setenta e nove mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e três centavos). Para contemplar o novo pleito, o município solicitou o cancelamento de pleito anterior referente à contratação de assessoria ambiental. O pleito se enquadra na ação "Aquisição de equipamentos para gestão da coleta seletiva", prevista no item 8.5 – Anexo C da Nota Técnica CT-SHQA nº 121.</p>

	Após análise dos documentos apresentados, a CT-SHQA considerou os pleitos como aptos a aprovação pelo CIF. Por fim, a coordenadora Alessandra Jardim solicitou correção de pequeno equívoco de digitação na versão enviada da minuta de deliberação, sem prejuízo ao conteúdo. Joeci Lopes questionou devolutivas sobre notícias referentes à contaminação da água na calha do rio Doce; Alessandra Jardim respondeu que a Câmara Técnica estava à disposição para avaliar quaisquer dúvidas sobre o tema.
Manifestação	Cynthia Franco registrou que não havia objeção por parte da Fundação Renova
Deliberação nº 706	Aprovada sem objeções.

FALA DOS ATINGIDOS

Discussão

Joeci Lopes fez cobrança em relação ao funcionamento da CT-OS, que já estava com trabalhos paralisados há oito meses, por falta de coordenação. Célia Melo informou que a SECEX/CIF estava oficiando incansavelmente as entidades competentes para indicação de coordenação o mais rápido possível. Joeci Lopes então reforçou a importância da participação custeada das pessoas atingidas em reuniões das Câmaras Técnicas e do CIF.

Reginaldo Leal falou sobre a importância de estudos já realizados pela Fundação Renova e pela CT-Bio em área de abrangência do estado da Bahia, que já apontavam as evidências de contaminação no estado. Relembrou o encaminhamento da 65ª Reunião Ordinária do CIF, que determinou o funcionamento de Grupo de Trabalho voltado para avaliação da questão da contaminação e impactos na Bahia, e solicitou o retorno das atividades do GT.

Luiz Carlos Peixoto questionou a membro Luiza Dulci sobre tratativas relacionadas a situação demonstrada ao poder público em visita a Conceição da Barra/BA, na qual foram apresentados vídeos e amostras de peixes contaminados. Luiza Dulci apresentou algumas iniciativas do Governo Federal, através da articulação de ministérios e criação de comitativas para diálogo e escuta em territórios atingidos.

Liberina Barbosa fez fala sobre a omissão do poder público no socorro aos atingidos pelo desastre, fato abordado no TTAC, e reforçou a necessidade de deliberação do CIF para atendimento às demandas dos pescadores. Ainda, complementou afirmando que a Fundação Renova fez pagamentos a pescadores em 2020 sem dialogar com toda a classe profissional atingida, com duplicidade sindical. Por fim, afirmou que a Deliberação CIF nº 58 não era suficiente para atender às demandas dos atingidos.

Luciara Ferreira registrou críticas às ações da Assessoria Técnica ADAI no território de Conceição da Barra/BA, por meio das quais estavam sendo selecionados poucos participantes nas reuniões e, ainda, não era promovida escuta de pescadores tradicionais. Luciara Ferreira afirmou que muitos territórios estavam sendo excluídos e muitos distritos estavam enfrentando a miséria; por fim, pediu mais atenção às questões quilombolas e ribeirinhas e mais transparência em relação à atuação da assessoria técnica.

Jaciel Leite relatou as dificuldades de participar ativamente do CIF sem apoio para custeio, e relatou ausência de devolutivas de questionamentos direcionados ao sistema CIF. Relatou situações de adoecimento e dificuldades financeiras vivenciadas pelos pescadores; cobrou ações relacionadas ao Eixo Prioritário 14 e mais atenção do poder público em relação a situação da classe profissional.

Adimar Fernandes fez relatos pessoais de dificuldades enfrentadas, como adoecimento mental de familiares em função das dificuldades financeiras; explicou sobre dificuldades enfrentadas na pesca, como a proibição da pesca extrativista em áreas contaminadas, forçando pescadores a se deslocarem e ficaram mais tempo no mar – o que incorre em aumento de custos – e retornarem com pesca de menor quantidade e pouca qualidade.

Gabriela Queiroz questionou as devolutivas do CIF em relação a demandas levadas por pessoas atingidas em reuniões presenciais e reforçou a necessidade de reuniões do Grupo de Trabalho para atuação em questões como economia, turismo e saúde nas áreas impactadas da Bahia. Célia Melo reforçou a importância

da entrega de questionamentos e demandas de maneira documentada para tratativa mais célere e oficial das questões.

Maria da Glória lembrou a aprovação do Plano de Ação em Saúde do município de São Mateus/ES e a subsequente judicialização de todos os Planos de Ação em Saúde; solicitou ajuda do CIF em relação à urgência da questão de saúde. Célia Melo também solicitou manifestação documentada da questão para melhor encaminhamento das devolutivas.

Josival da Costa também relatou sobre contaminação do pescado que foi apresentada em Conceição da Barra/BA; existe grande preocupação dos pescadores da comercialização de pescado contaminado para consumo humano. Questionou o funcionamento do Eixo Prioritário 14 e pediu que a Bahia não fosse esquecida na reparação. Relatou tentativas de autoridades de silenciar as denúncias de venda de pescado contaminado.

Enéas Ferreira agradeceu pela visita técnica do poder público no território de Conceição da Barra/BA para averiguação da situação vivenciada em território. Em seguida, criticou o trabalho pouco transparente da Assessoria Técnica ADAIA, uma vez que muitas reuniões estavam acontecendo sem a devida comunicação a muitas comunidades; ainda, os colaboradores da assessoria técnica não eram alocados nos territórios, e sim em outros estados que não foram envolvidos no desastre. Por fim, expôs mais situações vivenciadas pelos pescadores do sul da Bahia e cobrou da Fundação Renova e do CIF ações referentes ao atendimento aos atingidos que foram esquecidos, assim como cumprimento efetivo da Deliberação CIF nº 58.

Lídia, advogada dos atingidos da cidade de Caravelas/BA e Alcobaça/BA, informou sobre tentativa de apoio para participação de grupo de pescadores no CIF e reforçou a proposição de Luiza Dulci para olhar com mais atenção para comunidades de pescadores, ribeirinhos, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Reforçou as dificuldades vivenciadas em relação à economia pesqueira, turismo e saúde humana.

Reginaldo Leal retomou a fala para informar que os estudos feitos pela CT-Bio não tinham o foco adequado para as demandas do sul da Bahia. Informou que formaram grupo de trabalho independente com algumas universidades voltado para estudos socioeconômicos do sul da Bahia, cujo produto será entregue ao juízo da 4ª Vara para perícia judicial.

Item 5 - CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)

5.1 Apresentação dos boletins do PMQACH

Discussão

Wenner Tavares fez apresentação dos boletins do PMQACH, explicando brevemente o formato e o conteúdo contido nos boletins: explicações sobre o que é o monitoramento e sua dinâmica, sobre o que é a CT-SAÚDE, informações sobre padrões de potabilidade e referências utilizadas, análise resumida de alguns parâmetros e mapa do monitoramento com os municípios monitorados, que permite selecionar o ponto de interesse e apresentação de maior detalhamento. Já o relatório dos boletins contempla uma breve apresentação do que é o programa, equipe técnica que elaborou o documento e introdução que traz contextualização do que foi o evento e a passagem da pluma de rejeitos. O objetivo do relatório é a apresentação dos resultados obtidos através do monitoramento entre julho de 2021 e julho de 2022 e avaliação das interferências temporais nos resultados, assim como interferências dos períodos seco e chuvoso. Contemplam

a adequação dos resultados obtidos aos parâmetros da legislação, explicação de quais parâmetros químicos foram monitorados, assim como metodologia de análise. Por fim, foram apresentados os resultados. Ainda, há representação gráfica do percentual de violação dos parâmetros. É feita abordagem de comparação entre os ciclos anuais por ponto de monitoramento.

Jaqueline Francischetti fez apresentação sobre a Nota Técnica nº 38/2023/CT-SAÚDE, que versava sobre a revisão bianual do PMQACH para a execução 2024-2025. O PMQACH visa atender a uma série de deliberações do CIF e Notas Técnicas da CT-SAÚDE, sendo ação fundamental para detectar alterações na qualidade da água que possam ter consequências negativas para a saúde da

população. A atual revisão visa atualizar as bases de execução dos estudos, inclusão de novos parâmetros, identificação e inclusão de localidades expostas que ainda não foram monitoradas, estabelecimento da periodicidade de coleta, parâmetros, frequências, locais e pontos, assim como as informações a serem disponibilizadas. Quanto à localização, após elencar esses pontos, a Câmara Técnica forneceu à Fundação Renova planilha com 109 pontos, sendo 70 já monitorados e outros 39 novos pontos incluídos; as inclusões são devido ao reconhecimento de novos municípios como atingidos e monitoramento de pontos em municípios que já haviam sido reconhecidos, porém não monitorados. Os pontos referentes a soluções alternativas individuais de captação (SAI) terão monitoramento contemplado em 24 coletas, conforme Deliberação CIF nº 513. Houve a inclusão de alguns parâmetros que antes não constavam na legislação e ainda não haviam sido monitorados pela Fundação Renova. Além da inclusão de parâmetros já monitorados pela Fundação que sofreram alteração no valor máximo permitido (VPM). Sobre a frequência de dados, Todos os parâmetros deverão ser monitorados com frequência de amostragem mensal (tanto durante o período seco quanto período chuvoso), no ponto de captação do manancial e na saída do tratamento dos sistemas de abastecimento de água ou soluções alternativas (ou outro ponto quando necessário). Os resultados das análises serão enviados para a CT-SAÚDE através de disponibilização de laudos laboratoriais e dados em planilha excel para análise. Ainda, os dados deverão ser divulgados para a sociedade através dos boletins informativos nos 3 formados: água tratada sem captação no rio Doce, água tratada com captação no rio Doce e água sem tratamento. Por fim, a CT-SAÚDE solicitou que a Fundação Renova implementasse a revisão bianual em sua íntegra no início de janeiro de 2024. Após manifestação, Jaqueline Francischetti esclareceu que, em relação aos agrotóxicos pontuados na Nota Técnica, a solicitação da CT-Saúde não seria por refazer e sim por complementar com os que foram apresentados na portaria vigente. Em relação ao nexo de causalidade, reforçou que o setor de saúde não trabalhava com esse entendimento, e sim com risco adicional à saúde humana; portanto, até que excluída a relação do desastre com determinada situação que implique risco à saúde, seriam atribuídas ao evento as respectivas ações necessárias, evitando a inversão do ônus da prova. Reforçou a importância do monitoramento do SAI para evitar negligência com relação a este público, uma vez que não faz parte do alcance da vigilância sanitária. Inexistindo comprovação de não impacto nos aquíferos, existe o risco, portanto, justificando-se o monitoramento de todas as soluções alternativas. Reiterou compreensão da Câmara de que o objetivo do monitoramento não se restringiria apenas a avaliar se o resultado atendeu ou não ao parâmetro de potabilidade, mas entender também o quão fora dos padrões esses resultados se encontravam e, com base nisso, promover melhorias a fim de que o padrão de potabilidade seja atingido. Jadilson Gomes e Antônio Carlos – Cacique Toninho – criticaram a postura da Fundação Renova em relação ao monitoramento e abastecimento de água em comunidades tradicionais, e afirmaram que a atual situação de fornecimento de água era inadequada para o atendimento à população. Joice Lopes manifestou discordância em relação à postura da Fundação Renova no tangente à saúde humana e potenciais contaminações, e, por fim, registrou repúdio à participação de profissional convidado pela Fundação Renova em reunião da Câmara Técnica de Saúde. Enéas Ferreira também registrou apelo para maior atenção à saúde humana e contaminação por metais pesados. Após todas as manifestações, foi feita leitura da minuta de deliberação.

Manifestação

Fernanda Gomide informou sobre objetivo do PMQACH como ação fundamental para detectar alterações na qualidade da água; portanto, era de entendimento da Fundação Renova que os objetivos deveriam estar atrelados ao monitoramento da qualidade da água no que se refere às alterações que têm nexo de causalidade com o rompimento. Foram apresentadas duas planilhas: uma planilha cujo monitoramento já foi realizado na primeira revisão anual e uma planilha com novos pontos. Informou que o PMQACH havia começado em setembro de 2018 com levantamento de todos os pontos que deveriam ser monitorados, não havendo, portanto, justificativa técnica para inclusão de novos pontos. A significativa maioria das soluções alternativas individuais constituinte de captação (SAI) eram de natureza subterrânea e diversos indícios apontavam para a não contribuição do rio Doce aos aquíferos freáticos; portanto, a Fundação Renova não vislumbrava justificativa para manutenção dos pontos das SAI sem tratamento na revisão bianual do PMQACH, entendendo pela retirada desses pontos do monitoramento. Sobre a localização dos pontos, a Nota Técnica trazia duas deliberações sobre as comunidades quilombolas de Degredo, e sobre as terras indígenas Tupiniquim, Caieiras Velha II e Comboios; a Fundação Renova entendia que a situação das comunidades seriam matérias discutidas e tratadas no Plano Básico Ambiental Quilombola e no Plano Básico Ambiental Indígena, não cabendo a discussão no âmbito do PMQACH.

	<p>Quanto à inclusão de novos pontos no monitoramento a partir de deliberações do CIF, a Fundação alegou que essa inclusão necessitaria de justificativa técnica, o que não estaria ocorrendo nas discussões de revisão do PMQACH. Em relação à manutenção do monitoramento dos parâmetros de <i>Giardia ssp.</i> e <i>Cryptosporidium spp</i> nos pontos de captação do manancial e saída das soluções sem tratamento quando forem superficiais, a Fundação informou que as análises estatísticas e todos os estudos feitos com os dados do PMQACH não apontaram quantificação de resultado para esses parâmetros nos pontos em que foram monitorados. Já sobre a adição dos agrotóxicos nas saídas das soluções sem tratamento e dos sistemas de abastecimento com tratamento, a Fundação Renova entendia que os agrotóxicos foram retirados na primeira revisão bianual do PMQACH por apresentarem resultados satisfatórios durante todo o período monitorado. Não havendo, portanto, justificativa técnica para inclusão desse grupo de parâmetros na segunda revisão bianual, visto que o atendimento foi validado de acordo com a legislação vigente no momento do monitoramento. Por fim, reiteraram a não existência denexo causal entre o rompimento e a presença de agrotóxicos, assim como com diversos metais-traço na água bruta.</p>
Deliberação nº 707	Aprovada.

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)

5.3 Apresentação do Plano de Ação em Saúde do município de São José do Goiabal/MG

Discussão	<p>A representante do município de São José do Goiabal, que se identificou como Vanilda, iniciou apresentação informando que a primeira parte do Plano contemplava introdução sobre o desastre voltada para os impactos decorrentes no município. Informou que a secretaria de saúde, juntamente com os técnicos, foi às comunidades afetadas, foram realizadas reuniões de escuta das demandas da população para construção do Plano. O plano aborda o mapa e a população estimada do município, que tem IDH inferior ao IDH médio dos municípios do estado de MG. Com a chegada dos materiais ligados ao desastre, as atividades realizadas no rio foram interrompidas, impactando na dinâmica econômica da região e, conseqüentemente, na saúde mental. Foi feito mapeamento das cinco comunidades localizadas próximo ao rio Doce, com número de famílias e indivíduos totais residentes em cada uma das comunidades. Foi feita uma breve explicação sobre a rede de saúde do município. Foram comparados exames laboratoriais pré e pós desastre para elaboração de série histórica de ocorrência de doenças. O município elencou as demandas relacionadas à atenção primária em saúde e o aumento da demanda. As ações foram pensadas a partir destas demandas, principalmente em relação às comunidades ribeirinhas. Quanto à saúde mental, apesar do apoio em consórcios, a estrutura não é suficiente para atender às demandas da população. Também foi solicitado material para realização de oficinas de implementação de grupos terapêuticos. Também houve aumento de doenças relacionadas à pele, portanto, foi solicitada no plano a contratação de dermatologistas. Também foi incluído eixo de assistência laboratorial, devido ao aumento da demanda, contando com aquisição de aparelhos, insumos e previsão de manutenção preventiva. Em relação a vigilância em saúde ambiental, o município pleiteou contratação de profissional técnico e aquisição de equipamentos.</p>
Manifestação	<p>Isabella Guerrero informou que a Fundação Renova mantinha o entendimento da necessidade de realização dos estudos em relação aos impactos na saúde humana decorrentes do rompimento como condicionantes para a tomada de ação em saúde; reiterou que os referidos estudos estavam judicializados. Portanto, a Fundação Renova manifestou objeção em relação à aprovação dos Planos de Ação em Saúde e em relação à notificação por descumprimento.</p>
Deliberação nº 709	Aprovada com objeção por parte da Fundação Renova.

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)

5.2 Apresentação do Plano de Ação em Saúde do município de Caratinga/MG

Discussão	<p>Artur Santana informou que o plano foi construído com a contribuição da comunidade atingida. Fez breve apresentação do povoado da Ilha do Rio Doce, diretamente atingido pela pluma do rejeito. Diante do ocorrido, houve profundo impacto no estilo de vida da população, considerando atividade econômica, lazer e saúde principalmente. Foram levantados dados populacionais e territoriais do município em 2021. A ilha do rio doce é um povoado no distrito de Cordeiro de Minas, que possui</p>
------------------	--

	estratégia de saúde da família, porém, após o rompimento, houve expressivo aumento da demanda. O representante informou que, quando há necessidade de atendimento especializado e análises laboratoriais, os serviços são ofertados na sede do município de Caratinga/MG, provocando o deslocamento dos pacientes. Aumentam as consultas especializadas, realização de exames, etc. O plano foi elaborado em articulação com a comissão de atingidos, foi realizada visita técnica na área atingida. A análise situacional da saúde da população apontou os principais problemas advindos do impacto. O município visa cumprir as normas para garantir acesso à saúde como direito, o maior público alvo é a comunidade atingida que está em situação de vulnerabilidade e risco à saúde. Os eixos de atuação são: atenção básica - estratégia de saúde da família, vigilância em saúde e seção de controle de endemias, que contam com proposta de contratação de profissionais e construção de Unidade Básica de Saúde.
Manifestação	Manifestação registrada no item 5.3
Deliberação nº 708	Aprovada com objeção por parte da Fundação Renova.

Item 5 – CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)	
5.4 Notificação por Descumprimento da Deliberação CIF nº 696/2023	
Discussão	Lucas Marciano informou que na 69ª Reunião Ordinária do CIF, havia sido realizado fluxo para aprovação do Planos de Ação em Saúde de Santana do Paraíso através de deliberações. Contudo, até o momento, não havia qualquer ação concreta por parte da Fundação Renova para cumprimento dos Planos aprovados. Em virtude da situação, a Câmara Técnica recomendou ao CIF a notificação da Fundação Renova pelo descumprimento da Deliberação CIF 696/2023. Luis Gabriel Mendoza reforçou a importância de articulação com IAJ para garantir celeridade e efetividade na execução das ações em saúde, tendo em vista a posição recorrente de judicialização do tema por parte da Fundação Renova. Jadilson Gomes expressou críticas à posição da Fundação Renova de omissão em relação à urgência da situação de saúde humana, sob alegação de judicialização e necessidade condicionante da realização de estudos. Feita correção na minuta de deliberação. Liberina Barbosa registrou as dificuldades vivenciadas pelos pescadores no acesso ao atendimento em saúde no âmbito da Fundação Renova.
Manifestação	Manifestação registrada no item 5.3
Deliberação nº 710	Aprovada com objeção por parte da Fundação Renova.

Por fim, às dezoito horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e três, Célia Melo finalizou a reunião agradecendo à participação de todos.

Em vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte minutos, por meio de vídeo conferência pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo YouTube através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=KFtCFh0W2T8> e presencialmente na cidade de Belo Horizonte/MG, teve início o segundo dia da 70ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – CIF, constituído no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG

Item 3 – CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO (CT-ECLET)	
6.1 Proposta de Custeio do Apoio Pedagógico do PG11 às escolas estaduais e municipais de Barra Longa/MG e às escolas estaduais de Mariana/MG.	
Discussão	Renato Braga iniciou apresentação sobre a Nota Técnica informando sobre Projeto Político Pedagógico para escolas, que foi aceito pela rede municipal de Mariana/MG em 2018, porém a rede estadual de Mariana/MG e Barra Longa/MG não foram contemplados. Portanto, a proposta seria o custeio de apoio pedagógico o Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar (PG 11) às escolas públicas estaduais e municipais de Barra Longa e escolas estaduais do município de Mariana, utilizando o curso de Especialização do projeto de formação de professores do Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do Rio Doce (PG 33). Seriam disponibilizadas 122 vagas para o curso de Especialização, sendo o PG 33 responsável pelos gastos de 95 cursistas das redes públicas dos 36 municípios da área de abrangência e o PG 11 pelo custeio de 27 cursistas dos municípios de Barra Longa e Mariana. A proposta atenderia 13 escolas estaduais de Mariana/MG, 12 escolas municipais e 2 escolas estaduais em Barra Longa/MG. Foi feita breve

	<p>apresentação do cronograma de execução até dezembro de 2025 e informativo de valor a ser aportado pelo <u>PG11</u> para o Projeto Pedagógico na sinergia com o PG33 de R\$ 2.242.008,71 (dois milhões duzentos e quarenta e dois mil e oito reais e setenta e um centavos). Por fim, a Câmara Técnica recomendou ao CIF deliberação pela aprovação da Nota Técnica nº 56/2023/CT-ECLET, pela execução por parte da Fundação Renova de apoio pedagógico à rede de ensino Municipal e Estadual de Barra Longa e à rede de ensino Estadual de Mariana, nos termos apresentados no ofício FR 2023.1758, acrescida a questão das supracitadas vagas e considerando o encerramento do projeto após a implantação e execução total dos projetos pedagógicos do curso de especialização; ainda, a Fundação deverá apresentar o plano de Trabalho referente à interface do Projeto de Apoio pedagógico entre o PG-11 e o PG-33, em até 30 dias após aprovação da deliberação pelo CIF, em cumprimento à Deliberação CIF nº 549, de 2021. Após manifestação, Renato Braga afirmou que, caso não haja execução pelos professores, seria necessário regramento para devolução das bolsas aportadas. Jadilson Gomes questionou sobre as vagas ofertadas para escolas municipais de Mariana/MG, questões envolvendo o encerramento do projeto e aportes de taxas administrativas para entidades, que foram esclarecidas por Thaís Guedes e Renato Braga.</p>
Manifestação	<p>Thaís Guedes informou que havia consenso por parte da Fundação Renova em relação à nota técnica, com observação ressaltada no item 2; informou que a Fundação Renova disponibilizará todas as condições para que os professores executem seus projetos, porém não podem assegurar a execução pelos professores. Thaís Guedes informou que, em relação ao apoio às escolas municipais de Mariana/MG havia sido finalizada em 2022, contemplando</p>
Deliberação nº 711	Aprovada.

Item 10 – CÂMARA TÉCNICA DE INDÍGENAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (CT-IPCT)

10.1 Proposta de recomposição dos membros da CT-IPCT.

Discussão	<p>Jarbas Vieira iniciou apresentação informando que a proposta visava ampliar a representatividade dentro da Câmara, assim como a capacidade de resposta aos atingidos. Jadilson Gomes fez apresentação do Ofício nº 37/2023/CT-IPCT (posteriormente corrigido para numeração 27/2023/CT-IPCT) no qual constava proposta de alteração da composição da CT-IPCT; algumas das mudanças seriam a cessão de algumas vagas destinadas para o Poder Público do Estado de Minas Gerais a atingidos indígenas do estado e Ministério do Desenvolvimento Agrário, cessão de vagas destinadas para o Poder Público do Estado do Espírito Santo a atingidos tradicionais do estado, cessão das vagas destinadas aos poderes municipais e ao CBH Doce a atingidos tradicionais dos respectivos estados e, por fim, remanejamento das vagas destinadas à União para inclusão do Ministério da Igualdade Racial, Ministério do Meio Ambiente e Ministério dos Povos Indígenas. Francisco Melgueiro informou que a proposta de recomposição almejava alocar a participação de novas estruturas do Governo Federal voltadas para políticas públicas de defesa de povos tradicionais e indígenas, assim como aumento da representatividade da diversidade desta população. Reforçou ainda que foi promovido debate técnico com a Fundação Renova, resguardada sua competência de entidade meramente executora do TTAC, portanto, sem competência para embargar ou interferir na composição das CTs. Por fim, pontuou que a proposta se enquadrava nas balizas definidas do TTAC para composição da Câmara Técnica. Jadilson Gomes e Cacique Toninho reforçaram a importância da ampliação de representatividade enquanto correção de construção unilateral através do TTAC. Juliane Barroso e Thaís Vilas Boas manifestaram concordância com relação à proposta de recomposição, assim como Luiza Dulci, que pontuou ainda ação do Governo Federal de promoção de maior representatividade feminina em esferas públicas.</p>
Manifestação	<p>Carlos Cenachi manifestou que a Fundação Renova não tinha qualquer intenção de interferência em relação a definição de composição das Câmaras Técnicas e apenas ressaltou a importância de considerar a operacionalização de custeio das representações no âmbito do TAC-GOV.</p>
Encaminhamento E70 – 10.1	<p>Votação da minuta de deliberação adiada devido à necessidade de quórum para aprovação de alteração na composição das Câmaras Técnicas. Registrada permanência do Comitê Gestor Pró-rio Doce de Minas Gerais como colaborador da CT-IPCT; ajuste no texto da minuta de deliberação para correção do item 2 da Deliberação CIF nº 523/2021.</p>

Item 7 – CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (CT-EI)

7.1 Encerramento do “Projeto de Edital para Chamada Pública para contratação de núcleos de estudo em Agroecologia e Produção Orgânica em Minas Geras – FAPEMIG”	
Discussão	Daniel Ferreira, membro da CT-EI, retomou histórico do projeto a partir da Deliberação CIF nº 170, que aprovou a atuação da FAPEMIG para projetos que visassem estruturação de projetos de agroecologia no âmbito da bacia do rio Doce. Durante o período de pandemia, foram verificadas dificuldades operacionais e a diretoria científica da FAPEMIG identificou oportunidade de melhor delimitação do escopo. Portanto, a proposta visava reestruturação de estratégia e escopo para contemplar economia verde e não apenas agroecologia, por ser considerada melhor estratégia de superação de lacunas e prejuízos deixados pelo desastre, além da promoção de melhor perspectiva futura. Após manifestação, Luiza Dulci questionou qual o viés da economia verde estaria sendo adotado em substituição à agroecologia, considerada opção mais adequada socialmente. Ana Cristina Lage e Daniel Ferreira explicaram que não se tratava de uma substituição, e sim de escopo mais amplo que contemplava também a agroecologia, em alinhamento com tecnologias verdes e outras estratégias complementares, com objetivo mais robusto e mais sinérgico com políticas públicas. Lorena Gontijo complementou informando que a primeira proposta apresentada foi considerada como insuficiente para cumprimento dos objetivos a longo prazo, o que indicou nova proposta com maior escopo e maior aporte de recursos. Juliane Barroso confirmou que, em visita técnica ao Assentamento de Fundão, foi verificada a ação da Fundação Renova de promoção de economia verde aliada à agroecologia com resultados exitosos em relação à sustentabilidade econômica e ambiental.
Manifestação	Ana Cristina Lage informou que a pauta referia-se ao ofício enviado pela Fundação Renova em agosto de 2020, no qual foi informada a revisão de estratégia apresentada pela FAPEMIG; explicou ainda que os recursos destinados ao primeiro projeto seriam absorvidos pelo edital de tecnologia verde apresentado na próxima pauta.
Deliberação nº 712	Aprovada.

Item 7 – CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (CT-EI)	
7.2 Aprovação do Projeto “Fomento a projetos na linha de economia verde – FAPEMIG”	
Discussão	Ana Ivone informou que a proposta de novo edital foi desenvolvida pela Fundação Renova e FAPEMIG com nova abordagem da economia verde havia sido aprovado pela CT-EI por meio da Nota Técnica 123/2023, após análise documental. A proposta de edital de fomento de projetos na linha da economia verde representava proposta mais robusta do que a anterior, com mais linhas temáticas. Foi debatido na CT-EI o quanto era importante a manutenção da agroecologia, e a FAPEMIG preservou a agroecologia dentro da economia verde. A proposta trazia investimento de R\$ 6.000.000,00 por parte da Fundação Renova e R\$ 9.000.000,00 por parte da FAPEMIG. O objetivo seria o estímulo de desenvolvimento econômico e social, com objetivos específicos de promover tecnologias verdes para economia sustentável, através de conhecimento científico gerador de soluções sustentáveis para biomas e bacias hidrográficas, atividades de difusão de soluções tecnológicas para a sociedade e o mercado, geração de novos conhecimentos ou desenvolvimento tecnológico cujo objetivo seja a preservação, recuperação e conservação do meio ambiente e, por fim, fomento do desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais através da economia verde. A CT-EI e o grupo de trabalho em cooperação com a FAPEMIG se basearam no escopo do PG15 e nas cláusulas 113 a 115 do TTAC para avaliação e recomendam ao CIF a aprovação do projeto.
Manifestação	Após apresentação, Ana Cristina Lage afirmou concordância por parte da Fundação Renova e assegurou que o investimento seria destinado à área de abrangência socioeconômica, garantindo foco na reparação.
Deliberação nº 713	Aprovada.

Item 7 - CÂMARA TÉCNICA DE ECONOMIA E INOVAÇÃO (CT-EI)	
7.3 Análise do Plano de Trabalho em cumprimento da Deliberação CIF nº 661, discutido na 1ª Reunião Intercâmaras entre CT-EI, CT-GRSA e CT-PDCS.	
Discussão	Juliana Valory fez breve contextualização de histórico informando sobre a Deliberação CIF nº 378, na qual foram estabelecidas ações a serem realizadas nos períodos chuvosos, como a

limpeza de áreas impactadas pela deposição de lama e sedimentos na calha do Doce. Em 2021 o período chuvoso contou com altos índices pluviométricos, extrapolando a calha do Doce, em especial na porção capixaba, impactando alguns municípios, o que resultou na dedicação de algumas equipes técnicas para geração de mapeamento da mancha de inundação e observação de deposição de sedimentos com material ligado ao desastre em propriedade atingida. Em seguida, foram aprovadas a Deliberação CIF nº 617, que aprovou o produto de mapeamento da mancha de inundação e a Deliberação CIF nº 633, que sinalizou um levantamento das propriedades atingidas pela mancha de inundação e que determinou a apresentação proposta de monitoramento integrado, assim como fluxo de comunicação e ação para atendimento aos proprietários atingidos. Foi realizada reunião intercâmaras em 01 de agosto de 2023 para análise do plano de trabalho apresentado. Dentre as limitações e premissas apresentadas, a equipe técnica questionou a premissa que diz que o atendimento das propriedades só se dará em função da necessidade de recomposição da capacidade produtiva do solo e alterações identificadas em que se verifique o nexo de causalidade com o rompimento da barragem. As Câmaras Técnicas registraram entendimento de que se as propriedades estão dentro da mancha de inundação, elas devem ser atendidas sem considerar o nexo de causalidade, que deve ser aplicado apenas para propriedades que estão fora da mancha de inundação delimitada. As análises de impactos devem ser realizadas em comparação com padrões ambientais, com áreas impactadas com o mesmo tipo e uso de solo e com informações pretéritas. Ainda, devem ser realizadas coletas de amostras de solos/sedimentos em perfil e enviadas para laboratórios acreditados para análises de parâmetros físico-químicos. Em relação ao levantamento das propriedades, a Fundação Renova afirmou que usaria como base o Cadastro Ambiental Rural, IBGE Censo Agropecuário 2017, Cadastro de Atingidos da Fundação Renova e IBGE Setor Censitário 2010. As Câmaras Técnicas solicitaram análise integrada entre essas bases de dados, uma vez que não se sabe exatamente o número de propriedades atingidas. Já quanto à recomposição da capacidade produtiva do solo, foi feita análise técnica no trabalho final da Fundação Renova, na qual foram estabelecidas orientações sobre como deve ser o trabalho no solo, entre adubação, fertilização e outros. Em relação ao fluxo de comunicação, as Câmaras Técnicas julgaram como importante a informação de como se dará a comunicação entre a Fundação e proprietários rurais atingidos; afirmou que a Fundação Renova apresentou fluxo simples e raso, com primeira sensibilização a partir de outubro; desta maneira, as Câmaras Técnicas não conseguiriam acompanhar a fundo, porém após aprovado o plano de trabalho, a Fundação Renova planejava apresentar plano de comunicação mais robusto. Emília Brito relatou que a Câmara Técnica havia realizado coletas em pontos amostrais que tiveram deposição de sedimentos e apresentou a Nota Técnica que gerou a Deliberação CIF nº 633, que trazia o monitoramento da área a fim de compreender as interferências no solo. A Fundação Renova apresentou proposta de somar este monitoramento com o monitoramento que é feito do Plano de Manejo de Rejeitos, e passou-se a chamar de Plano de Monitoramento Integrado, que vai do trecho 6 até o trecho 16. O objetivo do monitoramento integrado seria acompanhar a situação ambiental dos locais. Em reunião gerencial em junho de avaliação do plano, foram priorizados os pontos de coleta mais importantes para operacionalização do mesmo. Em 20/06 a Fundação Renova fez essa revisão, entregou à Câmara Técnica, que fez análise e verificou alguns dissensos, em especial com relação à metodologia, que foram trabalhados entre CT e Fundação, até o alcance de consenso com relação ao plano de Monitoramento Integrado. Por fim, a NT Intercâmaras recomendava ao CIF a aprovação do plano de trabalho apresentado, com algumas ressalvas. Após manifestação, Juliana Valory propôs o atendimento imediato às 1276 propriedades registradas no cadastro da Fundação Renova como alternativa para alcance de consenso. Emília Brito, Juliana Valory e Juliane Barroso argumentaram sobre as evidências já coletadas que garantiam a urgência no atendimento aos proprietários. Cacique Toninho relatou sobre vendas e abandonos de propriedades por falta de assistência da Fundação Renova, que repetia a argumentação do nexo causal. Renato Carvalho sugeriu modificações na minuta de deliberação para alcance de consenso.

Manifestação

Maurício Kowarick afirmou que foram construídos vários pontos de consenso ao longo do plano de trabalho, reforçou que a Fundação Renova havia cumprido os prazos de apresentação de premissas e, por fim, haviam manifestado em ofício alguns esclarecimentos. Melina Alencar afirmou divergência da Fundação Renova quanto ao entendimento que a mancha de inundação seria equivalente à Área Ambiental 1, uma vez que a última ainda estava sob investigação pois correspondia à área de deposição de rejeito. Rildo Almeida argumentou que deveriam ser

	observadas as premissas contidas no escopo já aprovado do PG17 e reforçou que, por caráter de isonomia, o nexa de causalidade não poderia deixar de ser observado.
Encaminhamento E70 – 7.3	A referida pauta, assim como os demais itens não deliberados nesta reunião, serão objeto de apreciação e deliberação na 71ª Reunião Ordinária do CIF.

Item 5 - CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE (CT-SAÚDE)	
5.5 Aplicação das multas por descumprimento da Notificação 15/2023-CIF/GABIN	
Discussão	Foi verificado quórum necessário para votação da aplicação de multa à Fundação Renova na forma do parágrafo décimo da cláusula 247 do TTAC pelo descumprimento da Notificação 15/2023-CIF/GABIN e descumprimento das Deliberações 699, 678 e 679. Após leitura da minuta de deliberação, foi posto em votação
Deliberação nº 714	Aprovada.

EXTRAPAUTA – Governo de Minas Gerais	
Alteração de representação de membros do Governo de Minas Gerais em Câmaras Técnicas.	
Discussão	Lorena Gontijo informou que a SEGOV/MG tinha duas cadeiras, uma na CT-OS e uma na CT-PDCS; diante da criação da Secretaria da Casa Civil de Minas Gerais, a pasta absorveu a competência de participação no sistema CIF; portanto, foi proposta a alteração das cadeiras da SEGOV/MG para SCV/MG. Foi apresentada minuta de deliberação e anexo com a nova composição das Câmaras. Jadilson Gomes explicou que não haveria prejuízo em aglutinar as vagas dos atingidos conforme sugestão da Fundação Renova, uma vez que estavam salvaguardada a representatividade.
Manifestação	Janine Cabral ressaltou sobre anexo que informava qual público ocuparia cada vaga da CT-IPCT, uma vez que a Fundação Renova ainda não reconhecia alguns territórios, poderia gerar a necessidade de contestação por questões de auditoria e custeio, portanto, sugeriu a manutenção do anexo apenas a quantificação de vagas destinadas a atingidos, pois a CT-IPCT é salvaguardada pelo TAC-GOV em relação às suas particularidades de composição.
Deliberação nº 715	Aprovada.

Item 8 – CÂMARA TÉCNICA DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL E PRODUÇÃO DE ÁGUA (CT-FLOR)	
8.1 Andamento das ações relacionadas à Rede de Sementes e Mudanças da Bacia do Rio Doce	
Discussão	Leandro Abrahão, representante do projeto na Fundação Renova, fez apresentação do projeto; informou que, em 2018, a Fundação Renova promoveu estudos na área do Xingu para compreender de maneira profunda o processo de gestão de sementes. Em 2022 foi definido redesenho do escopo do projeto, que contava com mobilização e engajamento, cadastro, contrato, pagamentos, treinamentos, monitoramento e avaliação, governança de cada grupo, comunicação, casa de sementes e pesquisa de desenvolvimento. Explicou que, atualmente, o projeto contava com mais de 40 grupos de coletores e sete empresas, com mais de 800 termos de adesão assinados e 10 viveiros florestais. O projeto foi pensado para aliar sustentabilidade ambiental e inclusão social, focado na zona rural. Por conta da exclusão digital e dificuldade de acesso à internet entre o público alvo, foi verificado que lançamento de edital não seria a estratégia mais adequada para garantir a inclusão. Foi elaborada metodologia de engajamento envolvendo estudo de pirâmide das necessidades humanas, contemplando a fisiologia, em seguida segurança, seguido por afeto e relacionamentos, estima e, por fim, realização pessoal. Com essa abordagem, foi possível agregar público ao projeto, o que desencadeou um aumento na produção de sementes, logo, fazendo do projeto uma ação socioambiental com profundo alinhamento com a questão social. Foram pagos 3,9 milhões em sementes e foram coletadas 30 toneladas de sementes. A meta para o final do ano de 2023 é de 60 toneladas de sementes. Ainda, o projeto conta com 59% da liderança de mulheres. Explicou sobre parceria entre Fundação Renova e ONG local para construção de casa de sementes, agregando atores locais no processo. Fez explicação sobre mapeamento técnico do tipo de semente a ser cultivada, para garantia da compatibilidade entre solos de plantio, temperatura, precipitação, etc. Foram apresentadas diversas imagens e vídeos para ilustração do êxito do projeto. Ao final da apresentação, Cacique Toninho pontuou alguns desafios vivenciados por projeto semelhante implementado em território do Espírito Santo relacionado a produção de celulose; à época, o projeto não desenvolveu adequadamente as pesquisas geológicas necessárias, além de ter gerado impacto de dependência socioeconômica ao projeto, culminando em frustrações na sociedade. Leandro Abrahão

agradeceu a pontuação de Cacique Toninho informando sobre parcerias com SEBRAE e SENAC para fomentar o empreendedorismo e a cultura mercadológica a fim de garantir a sustentabilidade econômica do projeto após seu encerramento. Joeci Lopes parabenizou o trabalho da Fundação Renova e reforçou que a iniciativa de reflorestamento contemplava benefícios futuros a longo prazo para melhora na qualidade da água. Francisco Melgueiro e Juliane Barroso também proferiram elogios à estruturação do projeto. Reginaldo Leal reforçou a importância da implementação da ação como política pública. Por fim, Luis Gabriel Mendoza parabenizou o trabalho desenvolvido pela Fundação Renova e reiterou a importância de bons resultados no PG25.

Item 8 – CÂMARA TÉCNICA DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL E PRODUÇÃO DE ÁGUA (CT-FLOR)

8.2 Inventário Florístico dos Ambientes de referência e da área regenerante da Bacia do rio Doce.

Discussão	<p>Josemar Ramos informou sobre indicadores dos programas de reflorestamento que são medidos com base em inventário florestal que, até o momento, não havia sido entregue. A Fundação Renova deveria elaborar inventário florístico de todas as espécies vegetais herbáceas, arbustivas e arbóreas contemporaneamente presentes nas áreas afetadas do Complexo de Germano até a UHE Risoleta Neves, quer fossem oriundas do mix de sementes aplicado, quer fossem daquelas nativas e exóticas que espontaneamente surgiram (flora regenerante). Portanto, foram solicitados dois inventários, um da área impactada e outro da área de referência. Houve desencontro de informações: a Fundação Renova informava na CT-FLOR que o inventário estava sendo desenvolvido na CT-GRSA, e na CT-GRSA era informado que estava sendo desenvolvido na CT-FLOR. Portanto, Ofício nº 31/2022 FEAM/CT-GRSA solicitou à Fundação Renova informações atualizadas sobre o cumprimento das requisições da Nota Técnica nº 13/2018/CT-GRSA e na oportunidade questionou-se quanto ao atendimento da Requisição 15 e sobre sua conclusão junto a CT-FLOR. Em 2022 a CT-GRSA e a CT-FLOR se reuniram e solicitaram a entrega do inventário em prazo de 60 dias. À época, porém, nunca obtiveram resposta; passado muito tempo além dos 60 dias propostos, a CT-FLOR apresenta ao CIF minuta de deliberação para cobrar a entrega pela Fundação Renova com prazo de 90 dias para cumprimento. Jadilson Gomes questionou se era possível no entendimento da Câmara Técnica a dilação do prazo solicitada pela Fundação Renova e solicitou que, no inventário, fossem contemplados também o memorial descritivo e uma malha amostral constando a área para melhor compreensão dos gastos. Josemar Ramos concordou com a proposição de 150 dias de prazo para entrega, desde que fossem cumpridas entregas parciais para que a Câmara Técnica tivesse subsídios para acompanhamento do monitoramento.</p>
Manifestação	<p>Jefferson Dias explicou que houve início de uma contratação para atendimento à solicitação. Contudo, devido a alguns desvios operacionais para cumprimento de outra deliberação, o contato íntimo com a empresa acabou sendo prejudicado, e muitos desvios estavam acontecendo no objeto da contratação. Foram dadas tratativas internas junto a empresa para garantir o cumprimento das obrigações adequadamente via aditivo, que tinha validade até janeiro de 2024, razão do atraso. Por fim, informou que muito brevemente seria possível atender adequadamente às requisições. Após manifestação de Jadilson Gomes, Jefferson Dias agradeceu às considerações e informou que, dentro da área de atuação, todas as ações realizadas estavam produzindo estudos e levantamento desde 2016, com empresas trabalhando e parcerias com universidades. Reforçou o compromisso da Fundação Renova com assertividade e qualidade em relação às informações de monitoramento. Dada a detecção dos pequenos desvios realizados pela empresa contratada em campo, a Fundação não se sentiu segura em transmitir essa informação incerta. Para o nível de informação solicitado pelo CIF, assegurou que 150 dias seria prazo exequível para entrega com qualidade.</p>
Deliberação nº 716	Aprovada

Item 9 – FUNDAÇÃO RENOVA

9.1 Encerramento da Cláusula 142 do TTAC.

Discussão	<p>Ana Cristina Lage explicou que a Cláusula 142 tratava-se do ressarcimento dos municípios impactados com relação aos gastos extraordinários que tiveram com o rompimento. Durante o processo de ressarcimento, foi abordada proposta de comprovação dos gastos que somente foi cumprida pelo município de rio Doce/MG e logo identificou-se que essa não era a melhor metodologia. Logo, foi estabelecida metodologia pelo Fórum de Prefeitos e os recursos foram levantados a partir desta proposição, que foi aceita pelo CIF. A Fundação Renova então executou 40 ressarcimentos aos municípios. Em maio de 2022 a CT-EI emitiu a Nota Técnica 105/2022/CT-EI,</p>
------------------	---

	<p>corroborando com o cumprimento da obrigação e foi encaminhada ao CIF a solicitação de aprovação do encerramento da Cláusula 142. Contudo, com a questão de propostas que estavam sendo analisadas pelo judiciário, ficaram algumas ressalvas; a Fundação Renova solicitou o encerramento da cláusula conforme a quitação das obrigações citadas, sendo resguardadas obrigações futuras. Joice Lopes manifestou preocupação quanto ao encerramento de obrigações diante da possibilidade de reconhecimento de novos municípios como atingidos. Jadilson Gomes questionou como foram definidos os gastos que foram ressarcidos. Ana Cristina Lage informou que os gastos ressarcidos se tratavam de gastos despendidos pelos municípios à época do município que não estavam previstos em seus orçamentos, como gastos extraordinários de defesa civil, saúde, etc. Ainda, complementou que foi resguardada a possibilidade de novas obrigações futuras diante de questões judiciais. Luís Gabriel Mendoza questionou sobre posicionamento da auditoria Ernest & Young. Hugo Tófoli esclareceu que a Nota Técnica elaborada pela CT-EI compreendia o cumprimento das obrigações a partir de análise documental e posicionamento da auditoria. Janine Cabral fez sugestão de texto; Luís Gabriel Mendoza sugeriu a possibilidade de decisão administrativa do CIF pela inclusão de novos municípios posteriormente, sem a obrigatoriedade de decisão judicial. Feitas alterações no texto da minuta de deliberação para alcance de consenso.</p>
Deliberação nº 717	Aprovada.

Item 9 – FUNDAÇÃO RENOVA	
EXTRAPAUTA – Edital de Tecnologias Inovadoras para Reparação	
Discussão	<p>Ana Lage fez explicação sobre o projeto previsto no âmbito do PG15, de natureza compensatória e que visava apoiar o desenvolvimento de conhecimento e apoiar pessoas em áreas correlatas de reparação. No programa, estava previsto eixo de reparação e inovação, que tinha por objetivo proporcionar à Fundação Renova e seus stakeholders uma rede de conhecimentos e busca por tecnologias em estágio de amadurecimento maior. O objetivo do projeto seria o financiamento de 9 projetos de inovação visando ampliar a possibilidade de aplicação dos projetos no processo de reparação, com valor total de projeto de R\$ 2,206.275,000 e atendimento a 03 indicadores do escopo do PG15. A execução do projeto selecionaria até 09 projetos de tecnologia e inovação, que passariam por uma fase de produção de estudo de viabilidade técnica, econômica, comercial, de impacto ambiental e social (EVTECIAS) para avaliação do potencial da tecnologia. Destes, as 03 mais bem ranqueadas/qualificadas passariam por um processo de desenvolvimento de um Plano de Negócios Estendido, para avaliação do potencial de alavancagem e escalonamento da tecnologia em níveis de maior proporção de aplicação. Lorena Gontijo questionou se havia consenso por parte da Câmara Técnica quanto ao apresentado. Hugo Tófoli respondeu que a questão já havia sido apreciada e aprovada na CT-EI, e em apresentação ao CIF, ficou encaminhado pelo envio da questão às demais Câmaras Técnicas caso houvesse interesse em manifestação; a CT-EI oficiou as demais Câmaras, porém não houve qualquer manifestação. Logo, compreendeu-se que não seria razoável o atraso na apreciação e aprovação do projeto, uma vez que a Câmara Técnica de Economia e Inovação havia proporcionado a possibilidade de manifestação, que não foi utilizada por outras CTs. Ana Lage informou que a minuta de deliberação continha possibilidade de manifestação de sugestões por parte de outras Câmaras Técnicas a serem contempladas no edital de maneira prioritária. Ao final das discussões, Lorena Gontijo reforçou a importância de informar aos membros do CIF com a maior antecedência possível a chegada de solicitações extrapauta, para ciência e conhecimento dos documentos relacionados.</p>
Deliberação nº 718	Aprovada.

Por fim, às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e três, Célia Melo, deu por encerrada a 70ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo e reforçou que os itens de pauta cuja deliberação havia sido adiada seriam novamente apreciados na 71ª Reunião Ordinária do CIF.



Documento assinado eletronicamente por **CELIA REGINA MIRANDA MELO, Secretária-Executiva do Comitê Interfederativo**, em 28/09/2023, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **16830648** e o código CRC **D7376ABF**.

Referência: Processo nº 02001.001577/2016-20

SEI nº 16830648